

CONTRIBUTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE FORMAÇÃO DA REGIÃO DE SETÚBAL: DO PERFIL DAS INSTITUIÇÕES AO PERFIL DA OFERTA FORMATIVA¹

António José Almeida

antonio.almeida@esce.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal - ESCE

Natália Alves

nalves@ie.ul.pt

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Samantha Hacard-Verpoort

samantha.verport@esce.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal - ESCE

Patrícia Pires

patricia.pires@esce.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal - ESCE

Tiago Sousa

jtiago.sousa@live.com.pt

Instituto Politécnico de Setúbal - ESCE

RESUMO

Tendo em vista a estruturação de uma rede nacional de formação e a garantia da qualidade dos processos formativos, foi criado, em Portugal, um sistema público de acreditação/certificação de entidades formadoras, processo obrigatório para aquelas que recorrem a fundos públicos, o qual tem vindo a ser implementado desde 1997.

Recorrendo ao tratamento estatístico da base de dados das entidades acreditadas/certificadas pela DGERT, procedemos à caracterização da rede de formação existente na região de Setúbal quer no que respeita ao perfil das instituições quer aos domínios de formação em que se propõem intervir.

Os resultados mostram-nos uma rede de formação desigualmente distribuída pelo território, o que dificulta o acesso às qualificações e ao conhecimento por parte dos indivíduos e das empresas situadas nas zonas periféricas, e dominada pelas empresas especializadas na prestação de serviços de formação, o que pressupõe o predomínio de uma lógica de regulação da formação pelo mercado.

Palavras-chave: Formação profissional, sistema de formação, rede de formação, gestão de recursos humanos

ABSTRACT

In order to built a national VET network and assure the quality of the training process a public system of accreditation/certification of training providers was launched in 1997. Since then only the certificated providers can apply for public funds.

Using the statistical analysis of the dataset of accredited/certified training providers by DGERT, we characterize the training network in the region of Setubal regarding the type of institutions and the training areas in which they propose to intervene.

The results show a training network unevenly distributed throughout the territory which hinders access to skills and knowledge to individuals and firms located in peripheral areas. They also show the presence of network dominated by companies providing training services, which presupposes the predominance of a logic of regulation by the market

Key-words: VET, training network, skills, human resources management

¹ Comunicação apresentada nas XXII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica realizadas na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de 2 a 4 de Fevereiro de 2012

INTRODUÇÃO

As políticas e as estruturas de formação têm vindo a ser realçadas como essenciais no sentido de contribuírem para o desenvolvimento competitivo das regiões e do tecido económico que lhes dá corpo assim como para a promoção da coesão social e da empregabilidade dos indivíduos. A existência de uma rede de formação coerente e articulada capaz de promover o desenvolvimento e disseminação de competências técnicas e comportamentais assume-se, neste contexto, como uma condição de suporte à promoção da inovação económica e social. Tendo em vista a estruturação de uma rede nacional de formação e a garantia da qualidade dos processos formativos, foi desenvolvido em Portugal um sistema público de acreditação/certificação de entidades formadoras, processo obrigatório para aquelas que recorrem a fundos públicos e facultativo para as restantes, o qual tem vindo a ser implementado desde 1997.

Recorrendo ao tratamento estatístico da base de dados das entidades acreditadas pela DGERT – Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, procedemos à caracterização da rede de formação existente na região de Setúbal quer no que respeita ao perfil das instituições que a compõem quer aos domínios de formação em que se propõem intervir. Paralelamente, recorrendo à análise de conteúdo de uma amostra de páginas Web de entidades acreditadas, procuramos identificar a presença de um conjunto de documentos/informações que se constituíssem em evidências da qualidade da oferta formativa dessas entidades.

Os resultados obtidos estão apresentados neste artigo o qual se estrutura em torno de três pontos principais: a definição da problemática que enforma a abordagem que adoptamos, a explicitação da metodologia e a apresentação dos resultados relativos à cobertura territorial e perfil das entidades acreditadas, perfil da oferta formativa e evidências da qualidade da rede de formação.

1. PROBLEMÁTICA

A importância da estruturação de uma rede de formação suficientemente relevante e consolidada capaz de contribuir, simultaneamente, para a promoção da qualificação dos indivíduos, das empresas e das regiões tem vindo a ser destacada por diversos autores para quem essa rede assume um papel fundamental na estruturação da competitividade e coesão territoriais (Almeida, 1994; 1995; s.d.). Isto porque, a capacidade das regiões/territórios para desenvolver a sua base produtiva ou para atrair investimentos qualificantes, num contexto em que é assumida a *"crescente importância que se reconhece à produção e circulação das ideias e do saber"* (Ferrão, 1992: 6), depende, cada vez mais, da existência de estruturas capazes de produzir e disseminar essas mesmas ideias e saberes.

As redes institucionais de formação assumem, igualmente, importância no quadro das políticas públicas na medida em que, ao apostar na formação como alavanca no suporte ao desenvolvimento económico e à coesão social dos territórios, o Estado procura garantir a relevância e qualidade das intervenções formativas como forma de assegurar a maior rentabilidade económica e social possível dos recursos financeiros que disponibiliza.

No caso português, os elevados défices de qualificação da população activa a par da disponibilidade de recursos financeiros afectos às políticas públicas de formação, conduziram a um forte dinamismo do mercado de formação traduzido na rápida proliferação de operadores e no elevado número de formadores e formandos envolvidos nesse mesmo mercado, situação que configura, na perspectiva de alguns autores, um verdadeiro “boom” formativo (Silva e Fialho, 2006).

Como refere Caramujo (2004: 3), quer no passado recente quer actualmente “o desenvolvimento da formação em Portugal tem sido sustentado pelo contributo dos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, nomeadamente com o acesso aos apoios do Fundo Social Europeu”, o que, na opinião de Ferreira de Sousa (2000: 97) contribuiu para que a formação fosse vista “sobretudo como uma fonte de captação de fundos” contribuindo para a “degradação da imagem pública da formação profissional”. Esta abundância de recursos financeiros públicos foi geradora do que Rodrigues e Nóvoa, no prefácio a uma

obra dedicada ao tema da Educação e Formação de Adultos (Canário e Cabrito, 2005: 11), designam por “ilusão” criada pelos Fundos Comunitários dado ter sido uma “oportunidade perdida para promover uma efectiva qualificação profissional dos trabalhadores portugueses”. As razões dessa “oportunidade perdida” são certamente múltiplas. Contudo, Caramujo (2004) realça, sobretudo, a inexistência do país no desenvolvimento de formação em larga escala a qual terá estado na origem de dois dos desequilíbrios estruturais do mercado da formação português: o predomínio da lógica da oferta e a excessiva dependência do financiamento público.

A necessidade de instituir mecanismos de estruturação e regulação desse mercado conduziu a que, em 1997, fosse criado, sob tutela do Ministério para a Qualificação e o Emprego, o INOFOR (Instituto para a Inovação na Formação)² com uma intervenção vocacionada para o reforço da qualidade e eficácia do sistema de formação profissional de cujos objectivos se destaca o “apoio estratégico à profissionalização e desenvolvimento das entidades formadoras e dos profissionais de formação” (INOFOR, 2004: 5). É neste contexto que surge a acreditação de entidades formadoras, obrigatória para todas as entidades privadas utilizadoras dos apoios Comunitários para a formação, instituída pela Portaria nº 782/97 (4520), em cujo preâmbulo se assume que “O sistema de acreditação visa contribuir para a estruturação e qualidade do sistema de formação profissional, para a elevação da sua utilidade e eficácia, bem como para a sua adequação às populações alvo, mediante uma validação global centrada sobre a capacidade genérica e a vocação da entidade, entendida como base de desenvolvimento de competências diferenciadas”.

Ao longo do tempo vários foram os ajustamentos que o sistema de acreditação de entidades formadoras foi sofrendo tendo-se, igualmente, alterado o quadro institucional da sua gestão. Contudo, foi em 2007, na sequência de um acordo tripartido em sede de concertação social, que se verificou a mais significativa reforma do sistema de formação profissional português (RCM nº 173/2007: 8135) a qual se propunha responder a dois desafios estratégicos para o país: “O primeiro, de natureza quantitativa, traduz -se na necessidade urgente de assegurar um significativo aumento dos indivíduos com acesso a formação, quer inicial quer contínua, nas várias fases da vida. O segundo desafio, de natureza qualitativa, traduz -se na necessidade de assegurar a relevância e a qualidade do investimento em formação, concentrando os recursos nas formações mais críticas à adaptabilidade dos trabalhadores e à competitividade e necessidades das empresas”.

A concretização desta reforma, cuja regulação se iniciou com o Decreto-Lei nº 396/2007, implicaria a eliminação de estruturas institucionais de gestão do sistema, como foi o caso do IQF³, e a criação de novas estruturas de que a ANQ (Agência Nacional para a Qualificação) é o elemento mais paradigmático. No que respeita às entidades formadoras, o mesmo diploma legal estabelece que “A certificação das entidades formadoras é realizada por entidade pública acreditada no âmbito do Sistema Português da Qualidade, envolvendo a participação dos parceiros sociais e outras entidades representativas do sector, nos termos de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da formação profissional e da educação” (Decreto-Lei nº 396/2007: 91971).

Uma das consequências desta reforma é a acreditação de entidades formadoras transitar para a responsabilidade directa dos serviços do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS), tendo sido criada para o efeito a Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação (DSQA) no âmbito da Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). Contudo, só em Setembro de 2010, com a Portaria nº 851/2010, é que assistimos à efectiva concretização da reforma do sistema de acreditação o qual, apesar de manter os seus objectivos, sofre um processo de re-semantização passando a designar-se por sistema de certificação de entidades formadoras por analogia com os sistemas de certificação da qualidade. No que respeita à sua operacionalização são de destacar duas alterações mais significativas: o fim da existência de um prazo de validade da acreditação/certificação e o fim da acreditação/certificação por domínios de intervenção do ciclo formativo.

Mantendo o seu carácter voluntário, o sistema de acreditação/certificação de entidades formadoras continua, no novo quadro legal a ser obrigatório para as entidades privadas que pretendam beneficiar de fundos públicos de apoio à realização de acções de formação profissional. Contudo, ao fazer assentar o referencial de qualidade na estrutura e organização internas, nos processos no desenvolvimento da formação e nos resultados e melhoria contínua, enfatiza-se a qualidade dos processos em detrimento da qualidade e solidez das organizações, estas sim essenciais para garantir a utilidade social da formação

² O INOFOR teve na sua base a Comissão para a Inovação na Formação, criada em 1996.

³ Importa notar que o IQF - Instituto para a Qualidade na Formação, tinha sido o organismo que sucedeu ao INOFOR assumindo as suas competências.

(Ferreira de Sousa, 2000). Aliás, como refere Caramujo (2004: 3), “o desenvolvimento de um verdadeiro mercado da formação profissional que garanta princípios fundamentais como a eficácia e eficiência, a equidade e a partilha de responsabilidades, assume um papel de destaque no contexto nacional, com desafios claros para os operadores de formação (óptica da oferta)”, condições que parece longe de se concretizar dada a predominância, entre esses operadores, de estratégias de sobrevivência em detrimento de estratégias de “cooperação estreita, sistemática e intencional” (Imagário, 2000: 106).

2. METODOLOGIA

Tendo por objectivo proceder à caracterização das entidades formadoras acreditadas, presentes na região de Setúbal, recorremos à base de dados gerida pela DGERT, na qualidade de entidade responsável pela acreditação, a quem solicitámos a sua disponibilização. Trata-se de uma base de dados em Excel, de âmbito nacional⁴, com um conjunto de variáveis nominais pré-definidas e nem sempre autonomizadas o que exigiu a sua manipulação a fim de permitir os tratamentos estatísticos adequados. A base de dados continha informação relativa ao ano de 2009, estando registadas 5081 entidades das quais extraímos um total de 61 entidades localizadas no Distrito de Setúbal.

Como complemento à análise estatística dos dados anteriormente referidos, procedemos à selecção aleatória de 15 páginas Web de entidades acreditadas localizadas no distrito de Setúbal, relativamente às quais procedemos à análise de conteúdo tendo em vista a verificação da disponibilidade de um conjunto de informações relevantes no quadro do processo de acreditação. De entre as variáveis analisadas constam: utilização do logótipo da DGERT, disponibilização do plano anual de formação, do regulamento de formação, do relatório de formação, dos resultados da avaliação e do corpo de formadores. Tratou-se de uma abordagem exploratória que visou identificar a relevância de um conjunto de indicadores de qualidade bem como da sua disponibilização no mundo virtual.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. COBERTURA TERRITORIAL E PERFIL DAS INSTITUIÇÕES ACREDITADAS

Ao centrarmos a análise da rede formativa da região de Setúbal, uma das perspectivas relevantes para a compreensão da sua estruturação prende-se com o modelo de cobertura territorial que lhe está subjacente. Assim, o primeiro dado relevante decorre do peso das entidades acreditadas face ao contexto nacional. Este indicador revela a existência de uma claro défice já que as entidades acreditadas representam apenas 1,2% do total nacional, peso que compara, se tivermos em conta os dados apresentados por Alão (2008), com os 33% do Distrito de Lisboa e os 20% do Distrito do Porto. É de notar que, se tivermos em conta os resultados apresentados por Estêvão (2002), verifica-se um decréscimo quer do peso relativo quer do peso absoluto das entidades acreditadas uma vez que passa de 5% para 1,2%, em termos relativos, e de 100 para 61 em termos absolutos. Podemos enunciar várias hipóteses explicativas para este decréscimo. Contudo, esta evidência não deverá ser indiferente ao facto da região de Lisboa, na qual se incluem os Concelhos da Península de Setúbal, ter deixado de ser região Objectivo 1 para efeitos de financiamento no âmbito dos Fundos Comunitários e, concomitantemente, do QREN.

Também a análise intra-regional evidencia fortes disparidades territoriais na distribuição das entidades acreditadas. Se é verdade que estamos perante um território bastante desigual em termos de estrutura económica (Almeida, 1994), social (Guerra e Rodrigues, 1996) e populacional (Rebelo, 2000), não deixa de ser significativo o facto de, dos doze concelhos que constituem o distrito, quatro concelhos concentram cerca de 70% das entidades acreditadas. Trata-se de Almada, Setúbal, Palmela e Seixal, concelhos que se caracterizam por uma maior densidade populacional ou por um maior dinamismo económico. Entre estes é de destacar a importância relativa do concelho de Almada que com cerca de 25% das entidades acreditadas se afirma como o principal centro de prestação de serviços de formação. Nos casos do Montijo, Barreiro e Sines, apesar da sua forte base económica, apresentam um peso relativo reduzido. Nos concelhos do Litoral Alentejano destaca-se a maior densidade de entidades acreditadas no Concelho de Santiago do Cacém (8,2%) apesar de Sines se configurar como o principal pólo de desenvolvimento económico.

⁴ Desta base de dados não fazem parte os organismos da administração local pelo facto de a sua acreditação ser gerida pelo CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Quadro 1 - Distribuição das entidades acreditadas por concelho

	Freq.	%
Almada	15	24,6
Setúbal	10	16,4
Palmela	9	14,8
Seixal	8	13,1
Santiago do Cacém	5	8,2
Barreiro	4	6,6
Montijo	3	4,9
Alcochete	2	3,3
Sesimbra	2	3,3
Alcácer do Sal	1	1,6
Grândola	1	1,6
Sines	1	1,6
Total	61	100

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

Se considerarmos o tipo de entidades acreditadas constata-se a predominância das empresas especializadas na prestação de serviços de formação as quais representam cerca de 40% das entidades acreditadas. Se compararmos este valor com os dados nacionais apresentados por Alão (2008) o peso deste tipo de entidades é inferior à média nacional (47%). Em todo o caso, do ponto de vista da análise histórica constata-se o aumento do seu peso relativo uma vez que em 2002 a média nacional era de 35% (Estêvão, 2002), o que evidencia uma crescente importância do mercado concorrencial de formação.

Quadro 2 - Distribuição das entidades acreditadas por tipo de entidade

	Freq.	%
FORM – Empresas especializadas na prestação serviços de formação	24	39,3
EMP – Empresas beneficiárias	13	21,3
ASS – Associações	8	13,1
SOL – Entidades de solidariedade social	8	13,1
ENS – Sistema de ensino	3	4,9
FUND – Fundações	2	3,3
AGR - Sector agrícola	1	1,6
FPRO – Escolas profissionais e centros de formação	1	1,6
PUB – Tuteladas pelo MTSS	1	1,6
Total	61	100

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

A análise do peso dos restantes tipos de entidades permite-nos identificar um segundo grupo de referência onde se destacam as empresas beneficiárias (21,3%), as associações (13,1%) e as entidades de solidariedade social (13,1%). A comparação com os dados nacionais apresentados por Alão (2008) permite-nos concluir que a composição deste grupo é idêntica. Contudo, o peso das empresas beneficiárias apresenta um peso superior no Distrito (21,3%) em relação à média nacional (11%). Esta diferença de perfil não deverá ser alheia à estrutura empresarial do distrito já que aí se concentram algumas das empresas de maior dimensão e de capitais estrangeiros. Por seu lado, o peso entre as entidades acreditadas das associações e das entidades de solidariedade social reflecte em parte a orientação das políticas de financiamento público da formação ao dar ênfase ao seu papel no combate à

exclusão social, em geral, e à formação orientada para grupos sociais desfavorecidos, em particular (QREN, 2006).

Um outro nível de análise, no que respeita à caracterização das entidades acreditadas, prende-se com o prazo de validade da acreditação. Os dados disponíveis permitem constatar que a maioria, cerca de 70%, está acreditada pelo prazo máximo prevista que é de três anos. Contudo, cerca de 28% estão acreditadas apenas pelo prazo de um ano o que reflecte, de acordo com os critérios de acreditação, a existência de algumas debilidades no que respeita ao cumprimento de todos os requisitos exigidos. Alão (2008) chama a atenção para essas debilidades, traduzidas não tanto no indeferimento final dos processos de candidatura, os quais têm vindo a diminuir, mas sobretudo no indeferimento preliminar que conduz à necessidade de reformular esses mesmos processos ou, mesmo quando se verifica o deferimento, na emissão de orientações para a melhoria contínua por parte das equipas de avaliação.

Quadro 3 - Distribuição das entidades por tipo, segundo o prazo de validade

		PRAZO			Total
		1 ano	18 meses	3 anos	
AGR	Freq	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	100%	100%
ASS	Freq	1	0	7	8
	%	12,5%	,0%	87,5%	100%
EMP	Freq	7	0	6	13
	%	53,8%	,0%	46,2%	100%
ENS	Freq	0	0	3	3
	%	,0%	,0%	100%	100%
FORM	Freq	8	1	15	24
	%	33,3%	4,2%	62,5%	100%
FPRO	Freq	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	100%	100%
FUND	Freq	0	0	2	2
	%	,0%	,0%	100%	100%
PUB	Freq	0	0	1	1
	%	,0%	,0%	100%	100%
SOL	Freq	1	0	7	8
	%	12,5%	,0%	87,5%	100%
Total – Freq		17	1	43	61
Total - %		27,9%	1,6%	70,5%	100%

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

A análise dos prazos de validade por tipo de entidade acreditada mostra-nos que é entre as empresas beneficiárias (53,8%) e as empresas especializadas na prestação de serviços de formação (37,5%) que encontramos o maior número de entidades acreditadas por prazos inferiores a três anos. Também Alão (2008) refere que é entre as empresas que é mais frequente a acreditação por períodos mais curtos sugerindo que tal resulta de estas entidades terem entrado mais tarde no processo de acreditação. Contudo, parece-nos que tal hipótese explicativa se apresenta algo limitadora na medida em que os estudos que temos vindo a realizar evidenciam uma fraca formalização e profissionalização dos serviços de formação das empresas bem como uma incipiente base técnica de suporte às políticas e práticas de formação profissional contínua (Almeida et al, 2008). Mas as razões não se ficarão por aqui. É igualmente de admitir a possibilidade da existência de um conflito entre as lógicas subjacentes à visão que empresas e poderes públicos apresentam face à formação já que as empresas tendem a sobrevalorizar a formação específica orientada para a resolução de problemas concretos dos contextos de trabalho enquanto os poderes públicos tendem a sobrevalorizar a formação enquanto instrumento de combate às baixas qualificações e à sub-certificação tendo em vista a promoção da coesão social e da empregabilidade dos trabalhadores.

3.2. PERFIL DA OFERTA FORMATIVA

Ao apresentar as candidaturas aos processos de acreditação as entidades formadoras procedem à identificação dos domínios e das áreas de formação em que pretendem ser acreditadas sendo, por isso, possível procurar traçar o perfil da oferta formativa a partir destes dois indicadores.

Começando pela análise dos domínios de formação, entendidos aqui com os principais elementos do ciclo formativo (Meignant, 2003), constata-se a elevada concentração das entidades em dois dos sete domínios possíveis, a saber: a organização/promoção da formação e o desenvolvimento/execução da formação. Trata-se de domínios operacionais associados à implementação no terreno de acções de formação. Nos domínios mais complexos em termos de tecnicidade e de relevância para a garantia da qualidade da formação, como são os casos do diagnóstico, planeamento e avaliação, verifica-se a existência de um reduzido número de entidades acreditadas, valor que nunca atinge os 10% das entidades.

Se analisarmos a distribuição territorial das entidades acreditadas por domínios é clara de uma maior diversidade de domínios de intervenção entre as entidades acreditadas localizadas nos concelhos de Setúbal, Palmela e Almada. Nos restantes concelhos não se constata a existência de qualquer entidade acreditada em domínios como o diagnóstico, planeamento e avaliação. Esta distribuição territorial, apesar do âmbito de actuação das entidades não se restringir à unidade geográfica concelho, evidencia uma distribuição desigual das competências associadas ao ciclo formativo.

Quadro 4 - Distribuição das entidades acreditadas por concelho, segundo os domínios de intervenção

	Diagn.	Plan.	Concp.	Org/Pro.	Des/Exec.	Acomp/Av.	Outras
Setúbal	75	50,0	22,2	15,3	16,4	50	33,3
Palmela	25	33,3	18,5	15,3	14,8	25	
Almada		16,7	25,9	25,4	24,6	25	16,7
Seixal			18,5	13,6	13,1		
Barreiro			3,7	6,8	6,6		16,7
Montijo				3,4	4,9		16,7
Alcochete				3,4	3,3		
Sesimbra				3,4	3,3		16,7
Santiago do Cacém			3,7	8,5	8,2		
Grândola			3,7	1,7	1,6		
Sines			3,7	1,7	1,6		
Alcácer do Sal				1,7	1,6		
Total	100 N=4	100 N=6	100 N=27	100 N=59	100 N=61	100 N=4	100 N=6

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

Se considerarmos idêntica análise dos domínios de formação mas agora por tipo de entidade, constata-se igualmente o predomínio de entidades orientadas quase exclusivamente para actividades operacionais de implementação no terreno de acções de formação por contraposição ao reduzido tipo de entidades acreditadas para intervir em todo o ciclo formativo. Neste caso, são fundamentalmente as empresas especializadas na prestação de serviços de formação, as associações e as escolas profissionais e centros de formação que se posicionam na totalidade ou quase totalidade dos domínios de formação.

Quadro 5 - Distribuição das entidades acreditadas por tipo de entidade, segundo os domínios de intervenção

	Diagn.	Plan.	Concp.	Org/Pro.	Des/Exec.	Acomp/Av.	Outras
FORM	75	50	37	37,3	39,3	50	16,7
ASS	25	16,7	14,8	13,6	13,1	25	
FPRO		16,7	3,7	1,7	1,6	25	16,7
EMP		16,7	22,2	22	21,3		
SOL			11,1	13,6	13,1		66,7
FUND			7,4	3,4	3,3		
PUB			3,7	1,7	1,6		
AGR				1,7	1,6		
ENS				5,1	4,9		
Total	100 N=4	100 N=6	100 N=27	100 N=59	100 N=61	100 N=4	100 N=6

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

A semelhança do que havia constatado Alão (2008) no seu estudo, também os nossos resultados evidenciam uma utilização que designamos de instrumental da acreditação por parte das entidades na medida em que poucas são as que evidenciam uma concepção estratégica capaz de pensar a formação no quadro de um processo global de gestão de forma de garantir a sua efectiva qualidade e relevância. Aliás, essa constatação tem vindo a ser feita por diferentes autores que chamam a atenção para a ausência de práticas efectivas de diagnóstico de necessidades e, em particular, de avaliação da formação em Portugal (Canário e Cabrito, 2005; Caetano, 2007). Ao centrarmos a nossa análise nas entidades acreditadas, parece-nos, contudo, que estas dinâmicas são igualmente o resultado das contradições que atravessam as próprias políticas públicas ao exigir a acreditação das entidades como condição para aceder aos financiamentos públicos mas, simultaneamente, ao legitimar uma especialização “pobre” e fragmentada da rede de formativa.

A análise das áreas de formação identificadas pelas entidades acreditadas é outro dos elementos relevantes para a caracterização do perfil da oferta formativa. Assim, um primeiro olhar permite-nos constatar que, das vinte e seis áreas de formação previstas na CNAF⁵, a oferta destas entidades varia entre um mínimo de uma e um máximo de 16 áreas. É entre as instituições de ensino (10), as associações (8,88) e as fundações (8) que encontramos o mais elevado número médio de áreas de formação.

Quadro 6 - Número médio de áreas de formação (dois dígitos) por tipo de entidade

	Freq.	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
ASS	8	2	16	8,88	4,454
FORM	19	1	13	7,11	3,430
EMP	11	2	16	6,09	4,847
PUB	-	-	-	-	-
ENS	3	10	10	10,00	,000
FPRO	-	-	-	-	-
SOL	8	2	8	5,63	2,066
AG	1	4	4	4,00	-,
FUND	1	8	8	8,00	-,

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

Uma análise mais fina centrada na identificação das áreas de formação mais frequentes permite-nos constatar que é a formação na área das ciências empresariais que apresenta o maior peso relativo já que

⁵ Cf. Portaria nº 256/2005 de 16 de Março.

cerca de 54% das entidades estão acreditadas nesta área. A informática (44,3%) e os serviços de segurança (42,6%), onde se inclui a formação em higiene e segurança no trabalho, surgem como áreas igualmente “oferecidas” por um elevado número de entidades.

Da análise global destacam-se dois factos relevantes: o primeiro decorre das posições relativas ocupadas pelas áreas de formação em indústrias transformadoras (31,1%) e em engenharia e técnicas afins (24,6%), facto que se tivermos em conta o forte peso da indústria no distrito não deixa de ser aparentemente contraditório, e o segundo a relativo à importância assumida pela formação de professores/formadores e ciências da educação (32,8%), pelos serviços pessoais (29,5%) e pelos serviços sócias (13,1%), o que configura uma pressão no sentido da alteração do perfil de competências da região.

Quadro 7 - Distribuição das entidades acreditadas por áreas de formação
(apenas áreas de formação com mais de 10% das entidades)

Código	Designação	Freq.	%
34	Ciências empresariais	33	54,1
48	Informática	27	44,3
86	Serviços de segurança	26	42,6
14	Formação de professores/formadores e ciências da educação	20	32,8
54	Indústrias transformadoras	19	31,1
81	Serviços pessoais	18	29,5
22	Humanidades	17	27,9
31	Ciências sociais e do comportamento	15	24,6
52	Engenharia e técnicas afins	15	24,6
09	Desenvolvimento pessoal	16	22,2
85	Protecção do ambiente	10	16,4
76	Serviços sociais	8	13,1

Fonte: DGERT – Base de dados de entidades acreditadas (2009)

Em qualquer dos casos, e corroborando a tese defendida por Estêvão (2002) na sua análise em relação à rede formativa nacional, as áreas de formação predominantes tendem a ser as que exigem menor investimento em infra-estruturas e meios didácticos, formação de “papel e lápis”, e que apresentam maior potencial de mercado dado orientar-se para o desenvolvimento de competências transversais. De facto, o perfil de áreas de formação identificado remete-nos em grande parte para responder a uma procura individual de formação⁶, de que a formação em informática tende a ser o exemplo mais paradigmático, ou para uma procura empresarial centrada em competências de baixa tecnicidade, por isso pouco potenciadoras do desenvolvimento competitivo do tecido económico da região com base em competências avançadas.

3.3. EVIDÊNCIAS DA QUALIDADE DA REDE FORMATIVA

Tendo em vista analisar até que ponto as entidades acreditadas disponibilizam nas suas páginas Web alguns dos indicadores de qualidade que suportam o processo de acreditação, procedemos a uma análise de conteúdo das páginas de quinze entidades escolhidas aleatoriamente com base na lista disponibilizada pela DGERT. Embora esse não seja um critério utilizado na avaliação das candidaturas, constatamos que uma das entidades inicialmente seleccionadas não tem presença no mundo virtual.

Um dos primeiros indicadores que procuramos aferir foi o da utilização ou não do logótipo da DGERT, símbolo identificador de entidade acreditada e que é apresentado como um instrumento potenciador do reconhecimento das entidades formadoras e de diferenciação face à concorrência. Os resultados mostramos que um terço das entidades não utiliza esse elemento distintivo. Este facto é relevante na medida em que a não utilização do logótipo de entidade acreditada reflecte uma certa desvalorização desse estatuto o que reforça a hipótese de que a acreditação, mais do que a demonstração de uma opção estratégica de comprometimento com a qualidade da formação, tende a assumir-se como opção instrumental de suporte à utilização de financiamentos públicos.

⁶ Esta ideia é reforçada pelo facto de ao analisarmos a página Web de quinze entidades termos constatado que cerca de dois terços apresenta mecanismos de candidatura on-line de formandos.

Quadro 8 – Indicadores de qualidade presentes na página Web das entidades acreditadas

Indicadores	Utiliza o logótipo da DGERT na Web	Disponibiliza plano anual de formação	Disponibiliza regulamento de formação	Disponibiliza relatório de formação	Disponibiliza resultados da avaliação	Identifica o corpo de formadores
Entidade 1	Não	Parcial	Não	Sim	Sim ⁷	Não
Entidade 2	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Entidade 3	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade 4	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Entidade 5	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Entidade 6	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Entidade 7	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Entidade 8	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Entidade 9	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Entidade 10	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Entidade 11	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Entidade 12	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade 13	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade 14	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Entidade 15	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Análise de conteúdo das páginas Web

No que respeita aos restantes indicadores, a sua selecção resulta da importância que assumem na instrução e análise dos processos de candidatura. Assim, se a disponibilização do plano anual de formação e de elementos de avaliação, traduzidos em testemunhos e fotos de ex-formandos, tende a estar disponível na maioria dos sites, dado serem instrumentos privilegiados de comunicação e promoção comercial, o regulamento e o relatório de formação tendem a estar ausentes. Também no que respeita ao corpo de formadores, elemento obrigatório nas candidaturas, em nenhuma entidade encontramos referências a esse mesmo corpo e ao seu curriculum. Pelo contrário, um quinto das páginas Web analisadas apresenta mecanismos, e-mail ou base de dados, para recrutamento de formadores on-line.

CONCLUSÕES

A análise das entidades de formação acreditadas, presentes na região de Setúbal, mostra-nos o fraco peso das entidades acreditadas face ao contexto nacional já que representam apenas 1,2% das entidades a nível nacional o que, comparado com os Distritos de Lisboa (33%) e do Porto (20%), evidencia um claro défice. Também no plano intra-regional se verificam elevadas disparidades territoriais já que 70% das entidades acreditadas se concentram em apenas quatro concelhos: Almada, Setúbal, Palmela e Seixal.

No que respeita ao tipo de entidades acreditadas, constata-se a predominância das empresas especializadas na prestação de serviços de formação as quais representam cerca de 40% do universo. Contudo, apesar do seu peso relativo, são estas empresas e as empresas beneficiárias aquelas que apresentam maior dificuldade em garantir a acreditação na medida em que apresentam um maior número de entidades cuja validade da acreditação é mais curta.

Relativamente aos domínios de formação constatamos que a maioria das entidades se encontra acreditada em apenas dois dos sete domínios possíveis, a saber: a organização/promoção da formação e o desenvolvimento/execução da formação. Trata-se de domínios operacionais associados à implementação no terreno de acções de formação. Nos domínios mais complexos em termos de tecnicidade e de relevância para a garantia da qualidade da formação, como são os casos do diagnóstico, planeamento e avaliação da formação, verifica-se a existência de um reduzido número de entidades acreditadas.

⁷ Esta entidade apresenta o que designa por índice de satisfação do cliente.

Também no que se refere às áreas de formação predominantes, estas tendem a ser as que exigem menor investimento em infra-estruturas e meios didáticos, formação de “papel e lápis”, e que apresentem maior potencial de mercado, dado orientarem-se para o desenvolvimento de competências transversais. De facto, o perfil de áreas de formação identificado remete-nos em grande parte para a resposta a uma procura individual de formação, de que a formação em informática tende a ser o exemplo mais paradigmático, ou para uma procura empresarial centrada em competências de baixa tecnicidade, por isso pouco potenciadoras do desenvolvimento competitivo do tecido económico da região com base em competências avançadas.

Na análise de conteúdo das páginas Web constatamos que um terço das entidades não utiliza o logótipo da DGERT comprovativo da condição de entidade acreditada. Este facto é relevante na medida em que a não utilização do logótipo reflecte uma certa desvalorização do estatuto, o que reforça a hipótese de que a acreditação, mais do que a demonstração de uma opção estratégica de comprometimento com a qualidade da formação, tende a assumir-se como opção instrumental de suporte à utilização de financiamentos públicos.

BIBLIOGRAFIA

- Alão, A. P. (2008). O sistema de acreditação de entidades formadoras e as empresas de formação em Portugal: que realidade. *Actas VI Congresso Português de Sociologia*. Consultado em 20 de Novembro de 2011 em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/235.pdf>
- Almeida, A. J. (1994). *Sistema regional de inovação e competitividade industrial: o caso da Península de Setúbal*. Dissertação de mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Almeida, A. J. (1995). Sistema regional de formação e dinâmicas industriais. *Actas do Colóquio Estado Actual da Investigação em Formação* (pp. 221-2229). Lisboa: Edições Afrontamento.
- Almeida, A. J. (coord) (s.d.). *Território, estratégias empresariais e competitividade: o caso da Península de Setúbal*. Consultado em 22 de Novembro de 2011 em http://www.ips.pt/ips_si_web_gessi_docs.download_file_p_name=F1694052607_TerritorioEstrategias.pdf.
- Almeida, A. J., Alves, N., Santos, A. & Bernardes, A. (2008). Estruturas e práticas de formação das médias e grandes empresas em Portugal. *Actas VI Congresso Português de Sociologia*. Consultado em 20 de Novembro de 2011 em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/731.pdf>
- Caetano, A. (coord) (2007). *Avaliação da formação: estudos em organizações portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Canário, R. e Cabrito, B. (orgs) (2005). *Educação e Formação de Adultos: mutações e convergências*. Lisboa: EDUCA.
- Caramujo, E. (coord) (2004). *Práticas de financiamento da formação em Portugal*. Lisboa: IQF.
- Estevão, M. M. (2002). *Posicionamento da oferta formativa das entidades acreditadas pelo INOFOR nas diversas áreas de formação*. Consultado em 24 de Janeiro de 20008 em http://www.crcvirtual.org/index.php/crc_virtual_net/biblioteca/iset/89/pos_ofer/
- Ferrão, J. (1992). *Serviços e Inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oeiras: Celta Editora.
- Ferreira de Sousa, J. (2000) Algumas ideias para uma nova política de formação. In J. M. Pinto & A. Dornelas (coord). *Educação, Formação e Trabalho* (pp. 95-100). Lisboa: INCM.
- Guerra, I. & Rodrigues, W. (1996). Impacto social da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal – 1988-1992. *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, 109-135.
- Imaginario, L. (2000). Educação, formação e trabalho: partilha de responsabilidades sociais. In J. M. Pinto & A. Dornelas (coord). *Educação, Formação e Trabalho* (pp. 105-107). Lisboa: INCM.
- INOFOR (2004). *Guia de apoio ao utilizador do sistema de acreditação: versão 1.04*. Lisboa: INOFOR.
- Meignant, A. (2003). *A gestão da formação* (2ª edição). Lisboa: D. Quixote.
- QREN (2006). *Programa Operacional do Potencial Humano 2007 a 2013*. Lisboa: Observatório do QREN.
- Rebello, J. (2000). Desenvolvimento Regional e Recursos Humanos: o caso da Península de Setúbal. *Actas IV Congresso Português de Sociologia*. Consultado em 20 de Novembro de 2011 em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df08e186b2_1.PDF.
- Silva, C. A. e Fialho, J. (2006). Redes de formação profissional: uma dinâmica de participação e cidadania. *REDES - Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 11 (6), 1-14. Consultado em 19 de Novembro de 2011 em <http://revista-redes.rediris.es>